

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
CAMPUS SERTÃO  
UNIDADE EDUCACIONAL SANTANA DO IPANEMA  
CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**DANIELE ALVES DE MORAES**

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE PÃO  
DE AÇÚCAR- AL, ENTRE OS ANOS DE 2000 A 2016.**

**SANTANA DO IPANEMA-AL**

**2020**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
CAMPUS SERTÃO  
UNIDADE EDUCACIONAL SANTANA DO IPANEMA  
CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**DANIELE ALVES DE MORAES**

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE PÃO  
DE AÇÚCAR- AL, ENTRE OS ANOS DE 2000 A 2016.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal de  
Alagoas como requisito para grau  
acadêmico de Bacharel em Ciências  
Econômicas.

Orientador: Prof. Me. Alcides José de  
Omena Neto

**SANTANA DO IPANEMA-AL**

**2020**

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Unidade Educacional de Santana do Ipanema**  
Bibliotecária responsável: Larissa Carla dos Prazeres Leobino – CRB-4 2169

M827a Moraes, Daniele Alves de  
Análise do desenvolvimento socioeconômico do município de Pão de Açúcar- Al,  
entre os anos de 2000 a 2016. / Daniele Alves de Moraes. – 2020.  
42 f. : il.

Orientação: Alcides José de Omena Neto.  
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) –  
Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de  
Ciências Econômicas. Santana do Ipanema, 2020.

Bibliografia: f. 39 - 42.

1. Desenvolvimento socioeconômico. 2. IDH-M. 3. Pão de Açúcar. I. Título.

CDU : 33

DANIELE ALVES DE MORAES

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE PÃO  
DE AÇÚCAR- AL, ENTRE OS ANOS DE 2000 A 2016.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal de  
Alagoas, como requisito parcial para  
obtenção do grau de Economista

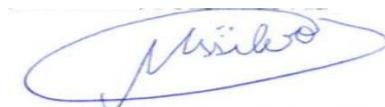


Prof.: Me. Alcides José de Omena Neto  
Universidade Federal de Alagoas - UFAL

**Banca Examinadora:**



Prof.: Dr. Luciano Celso Brandão Barbosa  
Universidade Federal de Alagoas - UFAL



Prof.: Me. Mauricio de Siqueira Silva  
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que em sua infinita bondade, permitiu-me vivenciar estas experiências de crescimento pessoal e profissional.

À minha mãe Maria Rozalina, dedico esta dissertação e agradeço, por todo seu cuidado, amor, apoio e motivação que recebo constantemente. E aos meus amados irmãos que são exemplos de resistência e persistência por dias melhores: Adriano (*in memoriam*), Edvânio, Rosevaldo, Delma, Telma, Celma, Belmira, Edvaldo, Ivan e Débora.

A esta universidade que me acolheu e abriu as portas do conhecimento para mim, permitindo-me ter acesso ao ensino público de qualidade, em especial ao professor Anderson Santos, por todo apoio e dedicação a mim, e ao meu trabalho de pesquisa, e sua paciência e dedicação ao corrigir-me, toda minha gratidão.

Ao meu orientador, o professor Alcides Omena, que emana acolhimento e motivação para as lutas diárias na universidade, por transmitir tanta força, e responsabilidade, e principalmente por ter me acolhido como orientanda, gratidão por tudo o que fizestes e fazes por mim.

Aos amados docentes desta universidade, o qual os representa citando Luciano Barbosa que inspira em mim o determinismo por dias melhores, a alegria constante, e o futuro do ser economista, a Maurício Siqueira, José Menezes que me acompanharam e desencadearam em mim sempre o desejo de persistir, batalhar e acreditar que são possíveis dias melhores, e todos os docentes que me auxiliaram e dedicaram-se ao desenvolvimento do meu capital intelectual e humano.

Aos meus amigos, Isabelle, Leidiane, Denise, Danielle, Jhenifer e Elizete (Zete), todo o meu carinho, em especial a José Enilson e Yrlla, que não me deixaram desistir e sempre me apoiaram nas crises existenciais na vida universitária.

E por fim e não menos importante, ao pessoal da van, pelas alegrias e momentos de descontração, gratidão a todos aqueles que de forma direta ou indiretamente ajudaram-me a construir este trabalho.

## RESUMO

O desenvolvimento socioeconômico trás o embasamento dos fatores sociais, e econômicos de determinadas localidades, o presente trabalho visa analisar estes fatores dentro do município a pesquisa tem como base teórica a apresentação dos pontos de discussão acerca dos termos "desenvolvimento socioeconômico" e "crescimento econômico", a partir de autores como Amartya Sen, Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado, este utilizaremos também para tratar do desenvolvimento no Nordeste e em Alagoas até chegar às características do município, utilizando-se de dados que possam demonstrar estes desenvolvimentos nos parâmetros sustentáveis, sociais e econômicos, por meio dos dados de IDH-M(Índice de Desenvolvimento Humano), Índice de Gini, o PIB (Produto Interno Bruto) municipal, conseqüentemente as fontes de rendas do município, como as despesas e as receitas geradas no período de análise deste trabalho. Com o percorrer dos estudos aqui prestados poderemos constar a que passo em desenvolvimento encontrou-se o município no período de análise, que conseqüentemente define a sua atualidade.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento socioeconômico; IDH-M; Pão de Açúcar - AL.

## **ABSTRACT**

The socioeconomic development is based on the social and economic factors of certain localities. The present work aims to analyze these factors within the municipality. The research has as theoretical basis the presentation of the discussion points about the terms "socioeconomic development" and "economic growth" , from authors such as Amartya Sen, Maria da Conceição Tavares and Celso Furtado, we will also use this to address development in the Northeast and Alagoas until reaching the characteristics of the municipality, using data that can demonstrate these developments in sustainable parameters, social and economic, using data from the IDH-M (Human Development Index), Gini Index, municipal GDP (Gross Domestic Product), consequently the municipality's sources of income, such as expenses and revenues generated in the period analysis of this work. Through the studies provided here, we will be able to determine at what stage in development and the municipality was found during the analysis period. This consequently defines its timeliness

**Key words:** Socioeconomic development; IDH-M; Pão de Açúcar - AL

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

GTDN	Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano por Município
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de pesquisa Econômica e Aplicada
PDE-AL	Plano de desenvolvimento do Estado de Alagoas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Índice de desenvolvimento humano de Alagoas -1991/2000/2010.....	26
<b>Quadro 2:</b> Atividade Econômica de Pão de açúcar, 2010, 2013, 2016.....	29
<b>Quadro 3:</b> Escolas no município de Pão de Açúcar- Al. 2005 à 2017.....	30
<b>Quadro 4:</b> Renda, Pobreza e Desigualdade- Estado- Alagoas.....	33
<b>Quadro 5:</b> Dados socioeconômicos do município de Pão de Açúcar 2000 a 2016.....	35
<b>Quadro 6:</b> Dados do município de Pão de Açúcar 2000 a 2016.....	36

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b> Níveis de desenvolvimento do FIRJAN.....	23
<b>Figura 2:</b> Composição do PIB de Alagoas- IBGE 2010.....	25
<b>Figura 3:</b> IDH-M Educação 1991 / 2000 / 2010.....	29
<b>Figura 4:</b> IDH-M Longevidade 1991 / 2000 / 2010.....	31
<b>Figura 5:</b> IDH-M Mortalidade infantil 1991 / 2000 / 2010.....	32

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2. DESENVOLVIMENTO</b> .....	16
2.1 Discussão conceitual sobre desenvolvimento.....	16
<b>3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO NORDESTE</b> .....	19
3.1 A formação histórica do Nordeste.....	19
<b>4. VARIÁVEIS DE ANÁLISE PARA O PRESENTE TRABALHO</b> .....	22
4.1 IDH- Índice de desenvolvimento Humano.....	22
4.1.2 Índice de FIRJAN.....	22
4.1.3 Índice ou coeficiente de Gini .....	23
4.1.4 Receitas e Despesa.....	23
4.1.5 INSS- Instituto Nacional de Segurança Social .....	24
<b>5. EVOLUÇÃO DOS DADOS SOCIOECONÔMICOS DE PÃO DE AÇÚCAR-AL</b> ..	25
5.1 O estado de Alagoas: Estrela radiosa.....	25
5.2 Apresentação do município de Pão de Açúcar- AL.....	27
5.3 Dados socioeconômicos de Pão de Açúcar-AL.....	28
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	37
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	39

## 1. INTRODUÇÃO

Abordar o tema desenvolvimento e crescimento ainda tem sido algo de bastante convergência, e não definitivo no meio da discussão acadêmica, pois a depender da corrente de pensamento filosófico e ideológico não se tem uma definição unânime para que possa diferir estes sentidos, porém neste trabalho utilizar-se-á o tema desenvolvimento como um conjunto de fatores e elementos que envolvem tanto o econômico como o social, sendo fator determinante na avaliação de desenvolvimento da sociedade, que se torna dependente das formas que são gerenciadas por políticas, por seu grau de avaliação está baseado em dados de interferência de terceiros, como o cálculos de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que refletem no desempenho da saúde, da educação, e renda, que é resultado do investimento dos gestores, sejam a nível municipal, estadual ou da federação, mostrando que quanto maior esses índices, melhores serão o IDH da localidade em questão.

Sendo pertinente levar em conta que a privação de direitos básicos, como os que são analisados nos índices de desenvolvimento, estará privando a sociedade de obter progressão. Onde segundo Sen (2000), muitas pessoas são vítimas de várias formas de privação de liberdade básica para sobreviver, estas que lhes impede do processo de desenvolvimento. Onde com base na Constituição Federal de 1988, em que no artigo 6º consta que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer dentre outros.

O objeto de estudo deste trabalho está em analisar a partir da influência do Índice de Desenvolvimento Humano por Município (IDH-M), do índice de Gini, com ênfase nos dados disponibilizados pelo Firjan, dentre outras variáveis, o aspecto desenvolvimento humano, social e sustentável, buscando apresentar também pelas perspectivas econômicas, como a relação Produto Interno Bruto (PIB), gerado no município, observando os dados das despesas e receitas do município de Pão de Açúcar - AL, buscando assim, expressar por uma razão de ponto ótimo de desenvolvimento socioeconômico, como se comportou a cidade em comparação a outras da mesma região, desenvolveu-se? E a em que ponto esta este desenvolvimento?

O município está localizado na região nordeste do Brasil, no estado de

Alagoas, fatores de destaque sobre o município, como uma população estimada em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 24.792 habitantes, que em 2016 apresentava 1.308 pessoas ocupadas, apenas (5,3% de população ocupada), mostrando assim um desequilíbrio econômico e social dos habitantes do município estudado, que é classificado como IDH-M baixo (0 593).

Fatores impactantes como as suas receitas oriundas de fontes externas, que totalizaram 85,4% em 2015, baseado em dados do IBGE (2015) torna preocupante a análise, por essa apresentação demonstrar que bem mais que a metade da receita do município vem de fontes externas, mostrando a pouca relação de riqueza da cidade.

### **Justificativa**

Justifico a escolha deste tema por ser moradora da cidade de Pão de Açúcar, fui criada em uma família composta por onze irmãos, apenas com a presença materna, com algumas necessidades comuns aos moradores do município, este que é apresentado com um Índice de Desenvolvimento Humano, que retrata as condições básicas de vida de uma população, baixo.

Para entender que fatores norteiam essa classificação, e como tem se comportado o município perante a este fato, pois no aspecto de senso comum, são perceptíveis mudanças significativas, mas e na forma técnica, isto realmente tem ocorrido? E se não ocorreu? Quais os fatores estão impedindo este desenvolvimento. Buscando apresentar uma visão nacional, passando-se pelo contexto da região para que assim possa delimitar o estudo no município de Pão de Açúcar.

A partir de estudos na academia sobre desenvolvimento, foi possível perceber que alguns fatores influenciam o desenvolvimento, como acesso a educação, saúde, distribuição de renda, estes aspectos compõem o Índice de Desenvolvimento Humano por Município, no caso do município estudado é classificado como baixo com 0.593 no último Censo do IBGE (2010)

O fator renda podendo ser verificado também pelo Produto interno Bruto do município em questão, expondo também a sua distribuição nas despesas, e principalmente as fontes de entradas monetárias para a localidade, ou seja, as

receita e despesa municipal.

Motivada por isso, considerando que o IDH-M abarca uma serie de índices sociais, faz-se necessário discutir desenvolvimento socioeconômico municipal, trazendo à tona a importância da elaboração de dados desse parâmetro, tanto no meio acadêmico como para conhecimento populacional.

Sendo válida a análise deste trabalho, pois ele levantará também uma discussão acerca do significado de desenvolvimento socioeconômico, o que é de importância do todo, tanto para a desmistificação desse contexto, quanto para dar ênfase à análise do desenvolvimento humano de um município.

## **Metodologia**

Em uma abrangência geral, a metodologia deste trabalho baseia-se no método quali-quantitativo, pois apresentará dados numéricos tabelados e a análise destes, tendo uma contextualização teórica como referência.

Utilizaremos para coleta de dados uma revisão de literatura a partir de pesquisa bibliográfica acerca da discussão do desenvolvimento socioeconômico em livros, artigo científico e trabalhos monográficos. Tendo como base os estudos de autores como Amartya Sen, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Bresser-Pereira, dentre outros, que serão citados neste trabalho, com o intuito de verificar os fatores socioeconômicos em locais subdesenvolvidos/em desenvolvimento.

O trabalho utilizará como instrumento de coleta de dados a pesquisa documental, tendo como referência dados estatísticos que compõem índices como o IDH-M, Receitas e despesas, PIB per capita, buscando uma ordem cronológica de 2000 a 2016.

O trabalho utilizará como instrumento de coleta de dados a pesquisa documental, tendo como referência dados estatísticos que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano por Município (IDH-M), buscando ênfase por meio do Índice FIRJAN, utilizando também de dados como receitas e despesas para a análise do município, enfatizando assim também demais variáveis, como o índice de GINI, PIB, e o INSS.

Parte-se, assim, para analisar o processo de desenvolvimento socioeconômico no município de Pão de Açúcar - AL, para uma discussão teórica dos reais dados que expressam o desenvolvimento socioeconômico, e da dialética

do seu sentido para autores como Amartya Sen, Celso Furtado, este afirma que a história demonstra o avanço social dos países que lideram o processo de desenvolvimento não foi fruto de uma evolução automática e inercial, mas de pressões políticas da população.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 DISCUSSÕES CONCEITUAIS SOBRE DESENVOLVIMENTO

Discorrer acerca do desenvolvimento socioeconômico na atualidade tem sido um tema de bastantes discussões nas Ciências Econômicas, pois o seu conceito tem sido visto por muitos aspectos. Não há um consenso sobre ele, pois há quem defenda um efetivo desenvolvimento econômico, ou outro que diga que para que haja um efetivo desenvolvimento é necessário que haja uma sociedade desenvolvida em economia, mas também com um social cada vez mais equitativo.

Para Furtado (2000, p. 21):

O conceito de desenvolvimento tem sido utilizado, com referência à história contemporânea, em dois sentidos distintos. O primeiro diz respeito à evolução de um sistema social de produção à medida que este, mediante a acumulação e o progresso das técnicas, torna-se mais eficaz, ou seja, eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho [...]. O segundo sentido em que se faz referência ao conceito de desenvolvimento relaciona-se com o grau de satisfação das necessidades humanas.

O que nos remete a uma discussão bem antiga, ao tratar do desenvolvimento como liberdade, por Amartya Sen, ao lembrar o questionamento feito por Maytreeye em uma discussão com seu esposo, e faz um pergunta retórica: “Para que me serve algo através de que não me torna imortal?”.

Para Amartya Sen, “o desenvolvimento de uma sociedade não se dá apenas pela prosperidade econômica, mas sim pelo bem-estar social, este que seria papel do Estado conter as desigualdades sociais”. Uma vez que o mercado, por si próprio, não se mostraria como elemento suficiente para fazer cumprir tal objetivo.

Mostrando assim a relação de satisfação e recursos, ou melhor, realizações e situações financeiras, crescimento e desenvolvimento. A maioria das discussões sobre desenvolvimento associa este termo ao contexto do econômico, sendo crescimento econômico o sinônimo de desenvolvimento. É nesta perspectiva que se situa Clemente (2000, p. 8):

O desenvolvimento econômico é fator determinante para o desempenho da sociedade, este que é definido como um processo de enriquecimento dos países e de seus habitantes, relacionado à ascensão no aspecto social, político e sustentável.

Gerando-se diversas pontuações acerca deste tema, Bresser-Pereira (2006, p.2) ressalta que “para que haja desenvolvimento é essencial um processo de

crescimento da renda por habitante, ou do produto agregado por habitante, ou da produtividade. Não existe desenvolvimento sem que a produção e a renda média cresçam”. Assim ele mostra a importância do crescimento bruto nos parâmetros monetários.

Bresser-Pereira (2006, p.2) complementa dizendo que:

Quando uma economia começa a crescer muito lentamente, senão a estagnar, é sinal de que sua solidariedade interna está em crise e que perdeu a ideia de nação, e, portanto, que já não conta com dois elementos necessários para que se mantenha competitiva e dotada de uma estratégia nacional de desenvolvimento digna desse nome.

Para o autor, quando uma economia está em pleno processo de crescimento é sinal de que existe uma estratégia nacional de desenvolvimento, que seu governo, seus empresários, técnicos e trabalhadores estão trabalhando de forma concentrada na competição econômica com as demais nações.

Um dos principais a discutir o tema, Celso Furtado (2000) vê na expressão “desenvolvimento socioeconômico” a necessidade de o econômico fazer junção ao social. O autor traz críticas sobre o conceito, salientando que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento constituem a representação de estruturas sociais que resultam da prevalência de um ou de outro, podendo-se considerá-las como situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial.

Tavares (2010, p.16), ao responder sobre o que significa desenvolvimento para ela, afirma que:

Desenvolvimento, assim a seco, não quer dizer nada. Tem que ser econômico ou econômico-social, sem os adjetivos não vai. Mas mesmo desenvolvimento econômico não quer dizer só crescimento, absolutamente. Se você não cuida da distribuição de renda, do emprego, dos recursos naturais, da autonomia do Estado em relação às potências hegemônicas, não está fazendo desenvolvimento, está fazendo o contrário.

Também nessa perspectiva, Sachs (2003, p. 68) expõe que o desenvolvimento é um processo que emerge de fatores mais amplos e complexos do que apenas a obtenção de taxas crescentes de crescimento econômico:

O sucesso na promoção do desenvolvimento será medido pelo tempo necessário para que todos eles possam aceder à cidadania plena, ao exercício do conjunto dos seus direitos não apenas políticos, civis e cívicos, mas também econômicos sociais e culturais – entre estes o direito ao trabalho digno –, enfim, os direitos coletivos ao desenvolvimento, ao meio ambiente e à infância.

Nesse sentido, o desenvolvimento é amparado por seu conceito social e econômico, determinando assim que este perpassa as ideias capitalistas, em que

não é o bastante ter elevadas taxas de acumulação de capital em relação ao produto nacional e a capacidade de incorporação de progresso técnico à produção. Observando-se ainda que para se obtiverem taxas crescentes no aspecto econômico, pode-se seguir por dois caminhos: levar ao progresso social, econômico e ambiental, ou a retrocessos sociais, econômicos e ambientais, com o poder de gerar um bom ou um mau desenvolvimento.

Partindo da defesa do conceito de que o desenvolvimento deve ser encarado como uma proposta que visa tanto o econômico como o bem-estar social, defendido por Furtado e dentre tantos outros que neste trabalho foram e serão citados, consideramos que a acumulação de capital e o PIB (Produto Interno Bruto) não são tudo em uma economia. Abrindo assim um parêntese para mostrar que: países como Irlanda, que nas pesquisas realizada pelo Economics (2018), ocupava o 305º lugar com relação ao PIB, não apresenta um PIB tão elevado comparado aos Estados Unidos, que é o 1º colocado, porém ocupa o 1º lugar em qualidade de vida.

A questão que impulsionava e norteava toda a ânsia de pesquisa do autor baseava-se na indagação: por que o Brasil é tão atrasado se tem tanta riqueza? A busca de Furtado em entender os atrasos nos níveis de desenvolvimento socioeconômico brasileiro era respondida salientando que a pobreza era a consequência da má distribuição de riqueza. Para enfrentá-la seria necessário combater os privilégios que fazem com que os processos de concentração de renda sejam uma condição estrutural de padrão das elites.

Num contexto geral tratar sobre o conceito de desenvolvimento, tanto nacional quanto internacional, é de uma extensão inesgotável, destacando que o presente trabalho tratará o desenvolvimento no parâmetro socioeconômico, não apenas do quantitativo, considerando PIB, renda, receitas municipais ou de análise nacional, mas também do qualitativo, como os índices de GINI, IDH-M este que pode ser analisado a partir do nível educacional, da saúde básica, da expectativa de vida daquela população.

Por isso, a seguir, continuaremos a discutir o tema, aproximando-o geograficamente do objeto de estudo deste trabalho de conclusão de curso, ao considerarmos que o desenvolvimento não ocorre da mesma maneira em diferentes localidades nem mesmo dentro de um mesmo país.

### **3 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO NORDESTE**

Neste capítulo, analisaremos a região nordeste, e o seu desenvolvimento socioeconômico, pois de forma que possa assim abranger em um nível contextual para que se possa visualizar o estado do município de análise, dentro das perspectivas nacional, regional e estadual.

Esta que conta com 53.081.950 habitantes, de acordo com censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o que corresponde a 27,83% da população brasileira (IBGE, 2010), estando dividida em quatro sub-regiões, sendo elas: Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio-norte. A região nordestina conta com nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

#### **3.1 A formação histórica do Nordeste**

O que se destaca na história nordestina, são as características de oscilações de saber e viver da fartura a perda, passando por processos de extração, exploração, enriquecimento e empobrecimento. Esse território serviu como área de habitação para os colonizadores portugueses, destacando-se como uma das regiões de maior produção de cana-de-açúcar, o que serviu de alicerce para o modelo de desenvolvimento local. Como já justificado neste trabalho, o estudo traz o nordeste no sentido de localizar o estado de análise que logo remeterá ao município que aqui será analisado.

A região teve Salvador, na Bahia, como capital Brasileira de 1549 a 1763. Contando com a maior extração de pau-brasil, era a principal produtora de açúcar e tinha localização privilegiada para enviar mercadorias pelo mar. Como a proposta do período colonial era de exploração dos recursos naturais, na região não havia empecilhos para estes fatores visados como desenvolvimento.

A mudança da capital da colônia para o Rio de Janeiro, com o advento da família real portuguesa, em 1808, mudando o perfil de ocupação do Brasil, manteve as diferenças de desenvolvimento no país.

Furtado (2014, p. 339) salienta que:

A articulação que os estudiosos da economia brasileira apreciaram como forma de evolução tendente a integrar o país em uma só economia, trazia o germe dos problemas que hoje enfrentamos, pois reproduzia o mesmo esquema de divisão geográfica do trabalho que viciaria todo o

desenvolvimento da economia mundial, com suas metrópoles industrializadas e colônias produtoras de matérias-primas.

Este tipo de evolução fez com que as desigualdades fossem crescentes em todos os países. No Brasil, enquanto o centro-sul possuía uma simples economia de exportação, ainda que fossem a níveis de desenvolvimento dentro das características do país, crescia ali as desigualdades e gerava certa concentração de renda em comparação ao Nordeste.

O Nordeste tem um longo processo histórico que explica a formação de sua estrutura econômica em termos de desenvolvimento. Uma das questões de maior discussão era acerca das secas que ocorriam em que as elites político-econômicas viam nesse ponto um fator determinante para o atraso social. Os processos de estiagem eram tidos como o grande castigo e que impediam de forma direta o desenvolvimento regional.

Albuquerque (1995) apresenta como o discurso de que a pobreza e o atraso da região estão diretamente ligados à seca, é construído ainda no final do século XIX. A “grande seca” de 1877 atingiu uma menor quantidade de habitantes do estado do Ceará, comparando com os 14,4% da população da província que morreu na seca de 1825, no entanto o seu impacto econômico foi bem maior que a de 1825, porque ocorreu junto ao “declínio dos preços, das exportações de açúcar e do algodão e a evasão da mão-de-obra escrava para as províncias do sul” (Ibid., p. 1995).

Quanto à resolução do problema da seca, ainda que restrito a determinadas áreas da região, D’Aguiar (2013) salienta que o impacto econômico da seca está especialmente no poder de compra da população, que não deve ser resolvido com assistência social simples, como doação de alimentos toda vez que pare de chover por maior tempo. O autor identifica como real motivo de atraso no desenvolvimento socioeconômico do Nordeste o problema estrutural econômico alojado ali. D’Aguiar (2013, p. 360) afirma que:

Portanto, não se trata apenas de intensificar a irrigação, de criar a rede de armazéns, de ter estoques bem localizados. Necessitamos também de um plano para absorver a população desempregada, de tal modo que, registrando-se um colapso na atividade de subsistência, se possa dar ao homem compensação adequada para que continue trabalhando, tenha poder de compra e adquira os alimentos oferecidos no mercado.

Assim, o Nordeste, mediante toda a sua história de perdas, tanto políticas como econômicas, apresenta-se desde muito tempo como uma região que

necessita de programas voltados ao desenvolvimento, que precisariam considerar que mesmo dentro da região há diferenças.

Como afirmam Gonçalves, Montenegro e Agra (2017, p. 2) destacando:

Um Nordeste que poderia ser dividido em vários nordestes, esses mais homogêneos em relação a diversos conjuntos ou singularidades de fatores (clima, cultura, sistema de produção, etc.). Uma região estudada e descrita ao longo do tempo por diversos focos de análises.

Furtado, que analisou e propôs diretrizes relacionadas ao desenvolvimento para a região nordestina, é apresentado por D'Aguiar, em o Essencial (2013, p.341) em três eixos que são levantados pela diferença ou falta de articulação dos governantes entre as regiões do centro-sul e o Nordeste:

O ritmo de crescimento do Centro-sul é sensivelmente mais intenso que o da região Nordeste, por meio de uma disparidade crescente que se agrava todos os dias, se antes o PIB do nordeste era de 30%, hoje em dia é de 11%, o aspecto do problema mais grave disso tudo é a desigualdade econômica, quando alcança certo ponto, se institucionaliza.

A ideia de Nordeste que vai se construindo é a de ser o lugar do atraso, do rural, do passado que resiste às mudanças. Ao mesmo tempo, como contraponto, constrói-se a imagem do Sul como espaço de progresso, da indústria, do futuro. D'Aguiar (2013, p. 357) destaca ainda que na época:

[...] o Nordeste não tem condições de industrialização porque não é um país, e sim um grupamento regional, e que sua indústria não poderá competir com a do sul do Brasil. Neste caso, seria antieconômica e facilmente destruída – em suma, o investimento se frustraria. Mas isso não é verdade. Existem indústrias que no Nordeste estariam mais bem situadas que no Centro-Sul.

Como visto no Brasil a característica forte é o desequilíbrio regional, entre o Nordeste e a parte do centro-sul, o que se reflete também nos níveis de desenvolvimento humano. Essa disparidade faz gerar a cada dia mais, uma concentração de renda e, conseqüentemente, a desigualdade social. A falta de desenvolvimento igualitário entre as regiões foi alertada por diversas vezes por Furtado, assim, deve ser pensado e trabalhado por todos tanto no âmbito das políticas públicas quanto pelas ações da sociedade.

#### **4. VARIÁVEIS DE ANÁLISE PARA O PRESENTE TRABALHO**

Este capítulo tratará da apresentação das variáveis de desenvolvimento socioeconômico, mostrando os avanços tanto no econômico, por meio da balança de pagamentos do Brasil; como no social, nos dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), no Índice de Gini, considerando ainda as informações sobre o Brasil, o Nordeste e o estado de Alagoas para compreender a situação do município de Pão de Açúcar.

##### **4.1 IDH- Índice de Desenvolvimento Humano**

O índice de desenvolvimento humano é um indicador de nível mundial, divulgado pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que procura identificar, para além do crescimento econômico, medido pelo PIB, o desenvolvimento humano, através de três variáveis fundamentais: renda, longevidade e educação (PNUD, 2016).

Com a ajuda do indiano Amartya Sen e a sua discussão filosófica sobre a Abordagem das Capacitações, em 1990, o paquistanês Mahbubul-Haq idealizou o IDH, que foi elaborado para servir de base empírica aos Relatórios de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Por meio do IDH é possível medir os níveis de desenvolvimentos humanos, e analisar assim a participação no crescimento do país. Podendo-se também verificar por regiões com o Índice de Desenvolvimento Humano por município (IDH-M).

Como explicam Ottonelli, Silva e Marin (2013 p.11)

O IDH-M tem como base a noção de desenvolvimento como liberdade que permeia a Abordagem das Capacitações de Sen (1981, 1985, 2000) de que as pessoas precisam ser livres, agentes do seu desenvolvimento, para poderem levar uma vida digna, longa, saudável e criativa. Para que haja a promoção do desenvolvimento humano, muitas questões precisam ser discutidas, já que crescimento econômico por si só não é suficiente para promover o desenvolvimento humano.

O IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano por Município) segue as mesmas três dimensões do IDH Global, longevidade, educação e renda, mas também retratam dados mais característicos ao contexto brasileiro a partir de indicadores que podem ser aplicados apenas os municípios (PNUD, 2003).

##### **4.1.2 Índice FIRJAN:**

Segundo o FIRJAN 2016, o índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM) é um indicador de desenvolvimento socioeconômico democrático e transparente que visa mensurar as mudanças do Brasil antecipando tendências e enxergando oportunidade futuras, criado em 2008, inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU.

Sua base em estatísticas públicas oficiais é disponibilizada pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde, assim como o IDH-M, ele também é avaliado entre 0,0 a 1,0 de modo que:

**Figura 1: Níveis de desenvolvimento do FIRJAN**



Fonte: FIRJAN (2016)

Ainda sob a ótica do FIRJAN 2016, o IFDM possibilita reconhecer carências, orientar políticas e acompanhar seus impactos no desenvolvimento municipal. Ele traz uma análise mais profunda do município tendo abrangência nacional por corte municipal e atualização anual, avaliando o número de empregos com carteira assinada com direitos trabalhistas garantidos, educação de qualidade, crianças nas escolas, creches, pré-escolas, professores com ensino superior.

Considerado de uma maior precisão na demonstração dos seus dados, por serem apresentados ano a ano, utilizar-se-á de modo a fortalecer a verificação dos dados socioeconômicos neste trabalho

#### 4.1.3 Índice ou coeficiente de Gini.

No que concerne ao Índice ou coeficiente de Gini, este é responsável, por apresentar o nível de concentração de renda em determinada localidade.

Na prática, quando o índice tem valor igual a um (1), existe perfeita desigualdade, isto é, a renda domiciliar per capita é totalmente apropriado por um único indivíduo. Quando ele tem valor igual à zero (0), se tem perfeita igualdade, que é quando a renda é distribuída na mesma proporção para todos os domicílios.

#### 4.1.4 Receitas e Despesas

Ao tratarmos de receita pública, nos deparamos com um vasto cenário de captação de recursos dentro da esfera governamental. Considerando a receita como todo e qualquer recurso provento para custear a atividade administrativa por meio da sua arrecadação.

A receita pública é representada pelo conjunto de ingressos e desembolsos de recursos financeiros nos cofres públicos, a ser aplicada na aquisição de meios (bens e serviços), visando financiar a prestação de serviços públicos à coletividade. Essa aplicação requer autorização legal, que é materializada na lei orçamentária. (Haddad e Mota, p.39, 2010).

Conforme a lei 4.320 de 64, em seu art. Art. 9º, enfatiza:

Art. 9º Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

Deste modo, observa-se que a receita é imprescindível a atividade e manutenção na repartição pública, como sendo crucial a máquina pública a fim de colaborar com o desenvolvimento da administração pública.

Quanto às despesas estas são gastos autorizados em lei para o cumprimento das obrigações, não excedendo as suas receitas previstas na LOA. Como previsto na Lei 4.320-64 as despesas são classificadas como despesas correntes e de capital, onde as receitas correntes são caracterizadas por despesas de custeio, que são dotações para manutenção de serviços públicos, bem como para atender obras de conservação e adaptação de bens e imóveis, e transferências correntes.

Quanto às receitas de capital são compostas pelos investimentos, inversões financeiras e transferências de capital. Investimentos são dotações aplicações em obras, aquisição de instalações, equipamentos, material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

#### 4.1.5 INSS- Instituto Nacional de Segurança Social

O Instituto Nacional de Segurança Social foi criado em 27 de junho de 1990, por meio do Decreto nº 99.350, a partir da fusão do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS com o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS. Compete ao INSS operacionalização do reconhecimento dos direitos dos segurados do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Este que é vinculado ao ministério da economia, e é responsável atualmente por preservar a integridade da qualidade do atendimento ao seu público. Sendo importante destacar neste sentido, que é um imposto federal recolhido tanto das empresas (pessoas jurídicas) como dos trabalhadores (pessoas físicas).

## **5. EVOLUÇÃO DOS DADOS SOCIOECONÔMICOS DE PÃO DE AÇÚCAR- AL**

Este capítulo será dedicado a apresentar de forma breve o estado de Alagoas, e em seguida o município de Pão de Açúcar- AL, e para cruzamento de dados e análise das variáveis socioeconômicas sobre ele, tendo como contexto de análise os anos de 2000 a 2016.

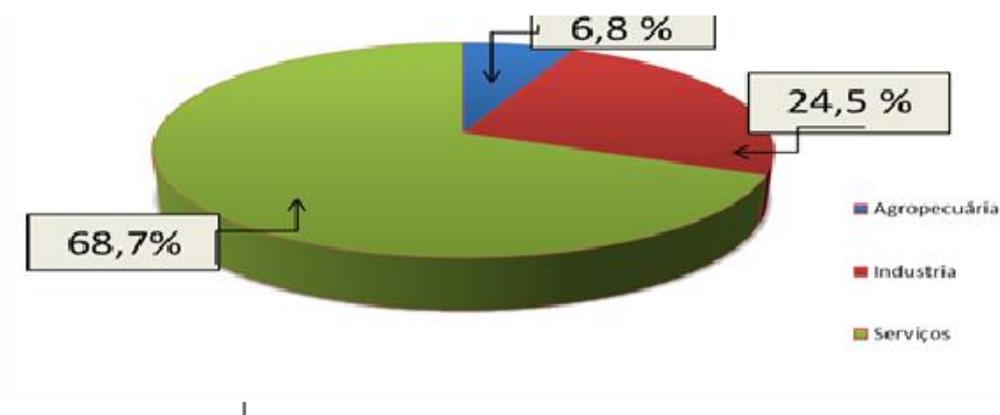
### **5.1 O estado de Alagoas: Estrela radiosa**

Antes de falar sobre o município de análise deste trabalho, faz-se necessário uma pequena apresentação do estado de Alagoas, este que conta com uma população de 3.120.494 habitantes, de acordo com o IBGE (2010). A extensão territorial de Alagoas é de 27.767,661 km<sup>2</sup>, formada por 102 municípios, que são classificados em três mesorregiões: Sertão, com 26 municípios; Agreste, com 24; e a mesorregião leste alagoano, que contém mais que 50% do total de municípios do estado, com 52 cidades.

A economia do estado tem no setor de serviços sua principal atividade econômica, boa parte apoiada no turismo. Além disso, Alagoas possui grandes plantações de cana-de-açúcar destinadas à agroindústria do açúcar e do álcool e à produção de energia. Ocorre ainda a produção de fumo, coco, algodão, feijão, milho, mandioca e mangaba. No Estado ainda há extração e produção de petróleo e gás natural, além de se destacar o pólo cloro químico e a produção de alimentos, tecidos e vestuário.

Estes que denotam a sua produção interna, no que concerne a geração do seu PIB, no gráfico a seguir apresentam-se como está formado o estado de Alagoas, tendo como referência o ano de 2010.

#### **Figura 2 - Composição do PIB de Alagoas- IBGE 2010**



**Fonte:** Autoria própria com base de dados do IBGE (2010).

Conforme o Gráfico acima, o setor de serviços do Estado detém mais que 50% da produção do PIB, enquanto que a agropecuária é a menor influenciadora no produto interno bruto do estado, com 6,8% de participação; atrás ainda do setor de indústria, com 24,5%.

Quanto ao seu IDH-M, Alagoas detém o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os estados brasileiros, ficando classificado em nível de desenvolvimento médio, com 0,631.

#### **Quadro 1: Índice de desenvolvimento humano de Alagoas -1991/2000/2010**

Alagoas	1991	2000	2010
IDH	0,370	0,471	0,631
IDH- Educação	0,174	0,282	0,520
IDH-Longevidade	0,552	0,647	0,755
IDH-Renda	0,527	0,574	0,641

**Fonte:** Autoria própria a partir de dados disponíveis do PNUD (2013)

Conforme o que se apresenta acima, é perceptível que no aspecto educação houve um fator positivo, destacando que não foi tão equiparada a demais estados, como os analisados anteriormente, onde Piauí (0,164) e Maranhão(0,173) no ano de 1991, apresentavam-se como os autores de menor índice no aspecto educação, Maranhão conseguiu sobressair, enquanto Alagoas ocupava este lugar junto ao Piauí, nos anos de 2000 a 2010.

Destacando pelo Atlas do desenvolvimento Humano do Brasil (2013), no que se refere ao Maranhão em 1991 a 2010.

No Maranhão “de 1991 a 2010, o IDHM da UF passou de 0,357, em 1991, para 0,639, em 2010, enquanto o IDHM do Brasil passou de 0,493 para 0,727, respectivamente. Isso implica em uma taxa de crescimento de 78,99% para a UF e 47% para o país; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 56,14% para a UF e 53,85% para o Brasil”. Na UF, a educação teve um nível expressivo de crescimento, colocando-

se como aquela variável que mais cresceu, dentro do índice de desenvolvimento, (com crescimento de 0,389), aonde vinham depois os aspectos Longevidade e logo após Renda.

No entanto, no aspecto renda, o estado de Alagoas encontra-se positivamente melhor que os estados do Maranhão, dentre os anos de 1991 a 2010 quanto à renda Per capita, Alagoas passou de R\$ 211,98 em 1991, para R\$ 432,56 em 2010, enquanto o Maranhão em 1991 contava renda per capita de R\$ 156,98, passando para R\$360,34 em 2010, mediante os dados disponíveis pelo PNUD, ambos os estados passam por um elevado nível de concentração de renda medido pelo índice de Gini, no entanto amparado por dados do Atlas do Brasil (2013), no ano de 2000, a concentração de renda foi bem maior, passando de 0,68 para 0,62 em Alagoas, e 0,65 para 0,62 em 2010 para o estado do Maranhão.

No contexto da longevidade a situação é bastante crítica para o estado alagoano, de 1991- 2010 Alagoas estava dentre os dois piores nesse aspecto, seja no segundo lugar como no ano de 1991, ou como o primeiro nos anos de 2000 a 2010, junto ao Maranhão, que não se distancia tanto de Alagoas.

Pode-se perceber sim que o estado de Alagoas cresce, porém não a um nível acessível para a sua população sair das condições de penumbra, pois o nível de pobreza do estado ainda encontra-se elevados, como se pode perceber pelo aspecto concentração de renda medida pelo Índice de Gini, que foi apresentada acima.

Sendo que o seu crescimento não foi de forma equiparada em comparação aos demais estados, observando assim que em 1991, Alagoas encontrava-se como o 24º colocado no ranking de IDH-M, passou para o 27º no nível de estados brasileiros em 2010. Mostrando uma oscilação de crescimento, sendo e ficando claro que houve, porém ainda não alcançado um bom nível de desenvolvimento comparado a outros estados que tem crescido.

## **5.2 Apresentações do município de Pão de Açúcar - AL**

O município de análise deste trabalho encontra-se na região nordeste do Brasil, no sertão de Alagoas, possui uma população estimada de 24.446 habitantes de acordo com o censo de 2010 do IBGE.

Pão de Açúcar-AL tem história constituída a partir de um território povoado por brancos e índios de origem Urumari à beira do rio São Francisco, tendo como marco

de povoamento o ano de 1611, com o primeiro nome sendo dado de “Jacióbá”, quando: “obtiveram de D. João IV terras à margem do rio São Francisco, desde a serra de Pão de Açúcar, pelo lado do poente, a até o morro da Aranha, pelo nascente, com 4 léguas de fundo, até a serra do Chitroá” (ALAGOAS, 2014).

Em sequência, em nível de historicidade do município de Pão de Açúcar-AL, o IBGE Cidades (2010) destaca que:

Em 1660, porém, as terras passaram por carta de sesmaria para o português Lourenço José de Brito Correia, que instalou uma fazenda de gado e deu a ela o nome de Pão de Açúcar. O nome vem da forma de um dos morros que era semelhante à maneira pela qual se purificava o açúcar. Em 1815, as terras foram leiloadas e arrematadas pela família do padre José Rodrigues Delgado, que deu grande impulso ao desenvolvimento do povoado. Pão de Açúcar ainda era vila, em 1859, quando D. Pedro II pernoitou lá, em sua viagem a Paulo Afonso. Foi elevado à condição de cidade em 18 de junho de 1887, através da Lei 756, desmembrando de Mata Grande.

O rio São Francisco trouxe a fonte de subsistência para alguns moradores da localidade, por meio da pesca, em que além de seus peixes, saboreando e sustentando famílias, o encanto do município traz pessoas das cidades circunvizinhas e de outras localidades mais distantes, incluindo-a como espaço de oferta do serviço de turismo no Estado. Além disso, os munícipes contam com uma extensão e renomada área de artesanato, como os bordados, em especial o ponto utilizado “Boa Noite”, e os artesanatos feitos à base de madeira, na Ilha do Ferro, povoado do município.

Em termos econômicos, além do turismo, dados apresentados pelo Alagoas em Dados (2014) indicam que o município é um dos 17 que correspondem ao polo leiteiro no estado, que é o conjunto de um grande número de produtores que, na maioria das propriedades, utilizam a tecnologia de ordenha mecânica, estando na ponta do processo de produção.

### **5.3 Dados socioeconômicos de Pão de Açúcar - AL**

Quanto ao crescimento da população municipal, o Brasil (2013), apresenta que Entre 2000 e 2010, a população de Pão de Açúcar cresceu a uma taxa média anual de -0,40%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 43,60% para 45,23%.

Quanto à caracterização de atividade econômica do município, amparada por dados disponibilizados pelo IBGE, pode contar a participação individual de cada

aspecto na participação do Produto Interno Bruto.

**Quadro 2: Atividade Econômica de Pão de açúcar, 2010, 2013, 2016.**

Pão de Açúcar	2010	2013	2016
Agropecuária	11838	14725	23225,10
Indústria	4922	4919	6991,64
Serviços	24097	40765	49148,01
Administração	50611	68645	81778,22

FONTE: autoria própria com base de dados do IBGE

\* unidade: R\$ x1000

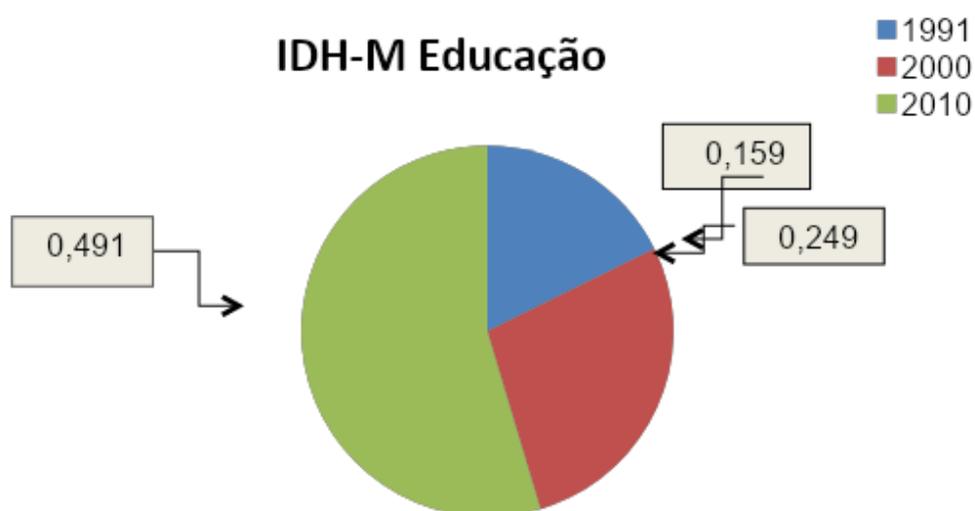
Observa-se neste contexto que atividade econômica mantida pelo município no ano de 2016 é os do setor administração, salientando que este engloba educação, defesa, seguridade social, e saúde pública, no entanto é positivo destacar o acréscimo movido entre 2010 a 2016.

No âmbito do índice de desenvolvimento Humano por município (IDH-M), o município de Pão de Açúcar, de acordo com o atlas do desenvolvimento Humano do

Brasil (2013) é classificado com o equivalente a 0,593, o que é caracterizado como IDH-M baixo (entre 0,500 e 0,599), este que vai se referir ao nível de desenvolvimentos baixo nos aspectos educação, longevidade, e renda.

No aspecto IDH-M Educação<sup>1</sup>, apresenta-se da seguinte forma.

**Figura 3: IDH-M Educação 1991 / 2000 / 2010.**



<sup>1</sup> Índice sintético da dimensão Educação, um dos 3 índices que compõem o IDH-M. é obtido através da média geométrica do índice de frequência escolar, com peso de 2/3, e do sub índice de escolaridade, com peso de 1/3.

Fonte: Autoria própria com base de dados do Atlas Brasil (2013).

O Índice de desenvolvimento Humano por município analisa que neste item (educação), é o responsável pelo menor valor percentual na participação do IDH-M, no período de 1991 a 2000. Destacando que a proporção de frequência dos alunos, e o completar do ensino nos ciclos de idade indicados, demonstram a situação do aspecto educação, que compõe este índice.

A partir de dados coletados pelo IBGE, sendo possível verificar que em 2015, o município contava com 51 escolas, a nível pré-escolar, sendo 42 municipais e nove privadas, já no nível fundamental são 56 escolas instaladas no município, onde 50 são públicas municipais, cinco são públicas estaduais, e uma da rede privada de ensino. Para os alunos no ensino médio, Pão de Açúcar conta com quatro escolas, sendo três estaduais, e uma privada. Como apresentado na tabela para uma melhor visualização.

**Quadro 3: número de escolas no município de Pão de Açúcar- Al. Entre os anos 2005 a 2017.**

Ensino	2005	2015	2017
Pré-escolar	Municipal: 42 Privada: 9	Municipal: 21 Privada: 9	Municipal: 20 Privada: 9
Fundamental	Municipal: 50 Estadual: 5 Privada: 1	Municipal: 29 Estadual: -- Privada: 1	Municipal: 27 Estadual: -- Privada: 1
Médio	Estadual: 3 Privada: 1	Estadual: 3 Privada: 1	Estadual: 3 Privada: 1

Fonte: Elaborada pela autora, com base de dados do IBGE Cidades.

Sendo que não houve a possibilidade de análise de dados mais antigos, por indisponibilidade do mesmo, no entanto a apresentação destes últimos anos, partindo de 2005, traz a tona os números de instituições de ensino no município, como forma de contextualização de conteúdo. Onde pode observar-se que o número de escolas no município decresceu acerca do decorrer dos anos, tanto no nível pré-escolar, quanto fundamental, compreendendo que no nível médio as escolas que estão instaladas no município são de cunho privado, ou estadual.

O Brasil (2013) com relação ao IDH-M Educação destaca que:

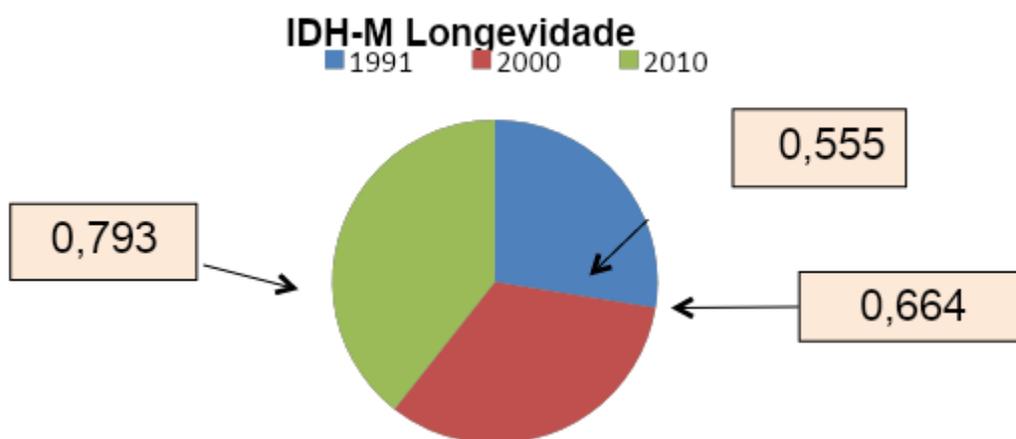
O IDHM passou de 0, 434 em 2000 para 0, 593 em 2010 - uma taxa de

crescimento de 36,64%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 71,91% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,242), seguida por Longevidade e por Renda

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4.5 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>2</sup>. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.8, colocando a cidade para a posição 18º de 102º em nível de estado, já no ano de 2017 houve uma queda para os anos iniciais que passaram para 4,4 e 3,7 a média para as séries finais segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

Quanto ao aspecto Longevidade, este que analisa a esperança de vida ao nascer, e que também neste trabalho, será levantado em questão no aspecto saúde. A longevidade no município de Pão de Açúcar é o fator de maior participação em proporção numérica no IDH-M da cidade no período de 2000 a 2010

**Figura 4: IDH-M Longevidade 1991 / 2000 / 2010.**



Fonte: Autoria própria com base de dados do Atlas Brasil (2013).

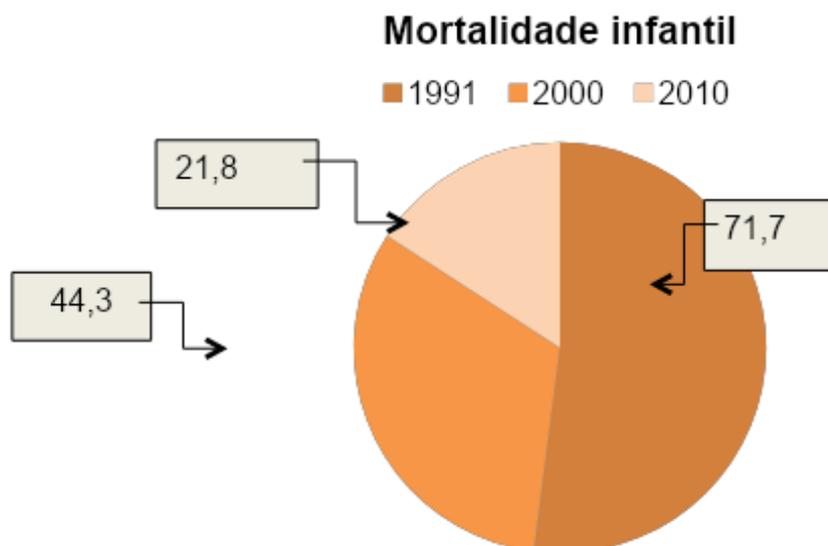
Nesta dimensão, na localidade como apresenta a análise do Atlas do Desenvolvimento Humano “No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 7,8 anos na última década, passando de 64,8 anos, em 2000, para 72,6 anos, em 2010. Em 1991, era de 58,3 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de

<sup>2</sup>De acordo como o Ministério da Educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. O IDEB funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação, calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo INEP. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente.

73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991”.

Quanto à taxa de mortalidade infantil que se faz importante analisar, houve um decréscimo considerável nos anos de análise, como apresenta o gráfico abaixo

**Figura 5: IDH-M Mortalidade infantil 1991 / 2000 / 2010.**



Fonte: Autoria própria com base de dados do Atlas Brasil (2013).

Como fica perceptível neste gráfico, que apresenta a taxa de mortalidade infantil no município, em 1991 estava em 71,7 passando de 44,3 em 2000, e decaindo em 2010 para 21,8. Sendo que de acordo com o SIM<sup>3</sup> para chegar nesses números, passou-se por algumas variações, no nível de mortalidade, seja no grau infantil, ou não. Onde segundo o SIM (2009), as doenças cerebrovasculares foram os principais motivos de mortalidade do município, dentre os anos de 2002 a 2008, anos de análise realizadas.

Localizando a taxa de mortalidade infantil de Pão de Açúcar em nível de comparação dentro do estado de Alagoas, segundo dados do IBGE, o município no ano de 2008 encontrava-se no 32º colocado, com 22,82(a cada mil nascidos), passando para o 28º em 2014, e (IBGE, 2013), onde em comparação com Delmiro Gouveia (município de melhor IDH-M no nível da mesorregião sertão) demonstra em 2008 uma taxa de mortalidade infantil de 23,61 ocupando a posição de 29º, em 2014 onde passou para o 54º município alagoano, na taxa de mortalidade infantil,

<sup>3</sup>O Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) foi criado pelo DATASUS para a obtenção regular de dados sobre mortalidade no país. A partir da criação do SIM foi possível a captação de dados sobre mortalidade, de forma abrangente, para subsidiar as diversas esferas de gestão na saúde pública. Com base nessas informações é possível realizar análises de situação, planejamento e avaliação das ações e programas na área.

com 15,05

Em contexto, ao tratar da mortalidade infantil, logo, levanta-se o pensar acerca da taxa de natalidade, esta que na localidade de análise diminuiu entre os anos de 1999 a 2008, mediante aos dados disponibilizados SISNAC (2009), que apresenta em 1999 uma taxa de 27,4, para 19,6 em 2008.

Quanto ao aspecto IDH-M renda, este que análise a renda per capita da população.

O município de Pão de Açúcar detém um PIB per capita em 2016 de 6.761,58 de acordo com dados disponibilizado pelo IBGE.

#### **Quadro 4: Renda, Pobreza e Desigualdade- Estado- Alagoas**

Pão de Açúcar	1991	2000	2010
Renda per capita	211,98	285,29	432,56
% de extremamente pobres	36,62	31,95	16,66
% de pobres	65,15	56,80	34,29

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano (2013)-PNUD/IPEA e FJP

A Renda per capita do município cresceu, e de acordo com o IBGE, permanece em uma reta crescente, no último dados disponibilizado por ele, em 2016 o PIB per capita da localidade estava em 6 761,58, em valor. Colocando município na posição de 88º a nível estadual.

No entanto com relação ao PIB a preços correntes, do município de Pão de Açúcar, demonstra que dentre o período de 2000 a 2016 houve um decréscimo do PIB corrente devido este analisar as entradas e saídas de produtos produzidos e comercializados na cidade, o que enfatiza o município como uma localidade que apenas gera um fluxo de circulação de mercadorias de modo interno.

Perdendo o seu poder neste período, onde nos mesmos anos, por exemplo, outro município de população menor, e índice de desenvolvimento humano, menores, conseguiram gerar uma melhor forma para a expansão mercadológica, como o município de Branquinha, a exemplo que conta com uma população estimada de 10.494 habitantes de acordo com o IBGE, no ano de 2016. De 2002 a 2016 passou de 61º (sexagésimo primeiro) para a 20 º lugar, com relação a PIB apresentando uma elevação de 11,6 %, onde o setor serviços é o responsável por quase 64 % da geração total do seu produto interno bruto.

Enquanto que Pão de Açúcar cresceu a 2,8%, como também o município de

São José da tapera, próximo ao município de análise e neste mesmo período conseguiu desenvolver-se melhor.

De acordo com o Brasil (2013):

A renda per capita média de Pão de Açúcar cresceu 53,67% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 145,98, em 1991, para R\$ 174,43, em 2000, e para R\$ 224,33, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 2,29%. A taxa média anual de crescimento foi de 2,00%, entre 1991 e 2000, e 2,55%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 70,25%, em 1991, para 74,88%, em 2000, e para 51,74%, em 2010.

Levantando-se assim uma discussão que há muito tempo norteia os diálogos, como apresenta Maria da Conceição Tavares em entrevista concedida ao IPEA. A mesma que vem a tratar desse aspecto desigual do desenvolvimento, pois é necessário pensar-se junto: desenvolvimento social com desenvolvimento econômico.

Tavares (2010, p.18)

Desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, se não for junto não resolve nada. Você desenvolve e depois quando para de crescer é que você faz o social, de forma compensatória? É ruim, dá a ideia de que são processos separados, de que um é compensatório quando o outro perde o ritmo. Ainda não se critica a fundo a ideia de que o desenvolvimento pode produzir desigualdade. É importante que se diga logo: desenvolvimento implica tudo.

Deste modo, para que se tenha uma visão melhor acerca dos fatores de desenvolvimento socioeconômico do município de Pão de Açúcar, apresenta-se o seguinte quadro.

**Quadro 5: Dados socioeconômicos do município de Pão de Açúcar 2000 a 2016**

Pão de Açúcar	População	PIB per capita	INSS	Receitas	Despesas	GINI	IDH-M	FIRJAN
2000	24.351	1.452,92	5.669.810	7.875.642,32	7.293.011,21	0,7154	0,434	
2010	23.811	3.929	25.781.285	35.673.025,76	33.664.250,44	0,5714	0,593	0,5231
2016	23.705	6761,58	58.496.069	68.170.321,11	66.357.285,26	0,5714	0,593	0,5163

Fonte: Elaborado pela autora com base de dados SEPLANDE/PNUD/IPEA

O quadro acima apresenta os pontos de análise considerados para a

verificação do real desenvolvimento de Pão de Açúcar, que é o anseio desse trabalho.

De 2000 a 2016, o município diminuiu o seu número populacional, onde no ano de 2006, para 2007 foi a sua maior queda, passando de 26.454 para 23.904 após esse período foi somente diminuição, alguns fatores podem ser levantados em questão, como no mesmo período o número de moradores da zona rural diminuiu, e conseqüentemente a zona urbana aumentou, como apresentados nos dados do PNUD, conseqüentemente houve um aumento no PIB per capita, e uma melhor distribuição da renda, passando de 0,71 para 0,57 o nível de concentração da riqueza.

Podendo ser explicado pelo desenvolvimento favorável em todo o país, entre 2000 a 2010 pode-se verificar uma melhor distribuição de renda, a partir de programas sociais, voltados ao desenvolvimento socioeconômico, tendo a maior participação governamental.

Usando-se dos dados como INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), receitas e despesas municipais, a fim de enfatizar os pontos de escassez de desenvolvimento municipal, como verificarão a seguir.

O ponto chave de questionamentos deste trabalho baseia-se em tentar entender de que forma está a situação do município no sentido de desenvolvimento social econômico, passando por todos os aspectos, como o seu PIB, as suas receitas de fontes externas e internas.

Com base de dados e pesquisas realizadas através de dados disponibilizados pelo Tesouro nacional, dentre outras fontes, pode-se perceber que durante todo o período de análise o município servia-se das suas receitas para a quitação de despesa, sendo elas per capita ou a nível total, declarando que não houve um investimento direto para o desenvolvimento local municipal o mantendo como uma localidade que necessita das fontes oriundas externas, totalmente dependente dos repasses a nível federal, como enfatiza o IBGE (2015), ao destacar que o município trás um percentual das receitas oriunda de fontes externas de 85,4%.

Ficando perceptíveis dois fatores, um deles é a dependência, mostrando que o município vive praticamente da espera de repasses externos, outro fator, é que toda a renda que chega ao município está com destinação direta, não restando para novos investimentos, estes que proporcionam um desenvolvimento social e

econômico de forma equitativa.

Como demonstrado a seguir de forma separada, dando uma melhor visibilidade ao questionamento.

**Quadro 6: Dados do município de Pão de Açúcar 2000 a 2016**

Pão de Açúcar	População	INSS	Receitas	Despesas
2000	24.351	5.669.810	7.875.642,32	7.293.011,21
2010	23.811	25.781.285	35.673.025,76	33.664.250,44
2016	23.705	58.496.069	68.170.321,11	66.357.285,26

**Fonte:** Elaborado pela autora com base de dados SEPLANDE/PNUD/IPEA

Os dois maiores contribuintes para o desenvolvimento do município são o INSS, e as receitas, salientando que além das receitas orçamentárias existe uma relevante receita, que são as receitas do INSS, dos benefícios e pensões, incrementando diretamente a economia local, frisando que esta fonte de renda é de ordem municipal, no entanto fica perceptível que não é feito um crescimento vegetativo com a utilização dessas fontes de rendas.

Em forma per capita, elas estão crescendo a cada ano, como o ano de 2000 o INSS tinha participação de R\$ 232,84 valores per capita, e em 2016 passou para R\$ 2.467,66, os dados apresentam um município bem munido monetariamente, mas porque esse município não deslança?

O que fica perceptível é um município fadado a concentração de renda, onde o GINI parece desenvolver, no entanto mantém estagnado.

Contando com as fontes de desenvolvimento em mãos, porém fadado a manter o ter em apenas um grupo, não distribuindo para o todo.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Deste modo, fica aqui algumas respostas, a justificativa apresentada para a elaboração deste trabalho que era o anseio de entender se o município havia desenvolvido, ou se apenas era uma concepção pessoal da elaboradora desta dissertação.

Pode-se perceber que assim como ocorreu no Brasil, no nordeste, e em Alagoas, ocorreu também em Pão de Açúcar, o desenvolvimento ocasionado, pelo fato de serem localidades com bastantes fatores ainda para desenvolver, porém esse desenvolvimento foi pequeno com relação a outras localidades, como citado neste trabalho, ao comparar-se o nordeste com o centro-oeste, Alagoas com Maranhão, assim também Pão de Açúcar com Branquinha.

No aspecto regional, como destacou Furtado, a região tem tanta capacidade de desenvolvimento como qualquer outra, frisando que teriam meios de desenvolvimento que ficariam muito melhor instaladas no nordeste, do que no centro-oeste.

Poder-se-ia ser atrelado, esses impasses e diferenças no desenvolvimento como uma questão regional, podendo-se até ser definido assim, no entanto a má distribuição de renda atrela a um nível significativo de desigualdade social, que se torna um impasse direto para o desenvolvimento socioeconômico.

Mostrando-se de extrema relevância os dados apresentados, que demonstram no parâmetro do desenvolvimento socioeconômico, o que ressaltou Furtado (1951), em que o processo de desenvolvimento se realiza seja através de combinações novas dos fatores existentes ao nível da técnica conhecida, seja através da introdução de inovações técnicas. O desenvolvimento sempre ocorre desde que sejam aplicadas formas para o seu advento.

Pão de açúcar mediante aos dados analisados, apresentou elevação em nível de desenvolvimento socioeconômico, levando-se em conta as dimensões do IDH-M, o município, apresentou em forte crescente quanto ao seu índice de desenvolvimento da educação, ainda que o número de escolas de rede municipal tenha diminuído o número de crianças e jovens regularmente matriculados, e com notas consideráveis para o empenho do desenvolvimento social, são aceitáveis.

Pão de Açúcar também até apresentou um desenvolver em meios aos dados de análise, no entanto, com base nos dados de estudo, este avanço poderia ser

bem mais efetivo, constando que não cabe a esta monografia, especular o que deveria ou não ter ocorrido neste município, porém ficam perceptíveis as possibilidades de desenvolvimentos, tanto social quanto econômico.

Como apresentado o município é fonte de riquezas naturais, por ser localizado em ponto propício ao desenvolvimento turístico, trás em sua riqueza histórica, grande fontes a desenvolver um propício turismo local, apanhado por introdução tecnológica. Conta com o fator de riquezas naturais imensas, pois é banhado por um dos rios de maior extensão que é o rio São Francisco, fator recurso natural importantíssimo para o desenvolvimento, o que leva a uma abrangência, podendo ser influenciador direto de geração de renda e de emprego para a população.

Considerando-se que tem um ponto de acesso premiado, para acessibilidade de produtos, contando que o município localiza-se defronte a divisão entre o estado de Sergipe.

Salienta-se ao fim deste trabalho palavras da própria autora que compreende o quanto o seu município pode alavancar desde que nele seja introduzida uma educação solidária, do morador de maior poder aquisitivo ao mais simples destas terras pão de Açúcareense.

O que não falta a este município são oportunidades de crescimento, terra rica, terra preenchida de fatores que podem e devem elevar o seu socioeconômico, desde que não falte uma sociedade preocupada com o todo, que observe em todos os aspectos a necessidade do outro.

Retirando a dependência dita que o atraso seja ocasionando apenas pelas gestões ruins, ou patriarcais que aqui tenham passado, pois a sociedade civil é também completamente responsável por determinar quem serão os representantes legais do município.

Desenvolvimento socioeconômico, é qualidade vida, é renda, é bem estar social, e não surge ao nada, é necessário o empenho e o trabalho do todo, retornando aqui com o que frisou Bresser-Pereira (2006, p.2) “é necessário que haja uma solidariedade interna”.

Portanto, aqui fica apresentado um município que pode sim dar mais de si, que pode desenvolver-se em qualidade de vida e econômica, retirando a dependência e o aprisionamento de rendas externas, fazendo-se necessárias gestões empenhadas na sociedade unida, e preocupada com o desenvolvimento para o todo na construção do desenvolvimento socioeconômico.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Laura Christina Mello de. **SUDENE: A UTOPIA DE CELSO FURTADO**. 2004. 186 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

ATLAS. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: ranking IDH-M**. 2010. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

BARBOSA, I.A.V. **A Governamentalidade e o Desenvolvimento Internacional: Um Estudo de Caso do Acordo do Nordeste de 1962**. 2010. Dissertações (Mestrado em Relações Internacionais) Instituto de Relações Internacionais da PUC - Rio.

BRASIL, Atlas do Desenvolvimento Humano no. **Perfil do Desenvolvimento Humano Municipal**. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em: 21 set. 2018.

BRASIL, Atlas do Desenvolvimento Humano no. **Perfil Alagoas**. Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_uf/alagoas/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/alagoas/). Acesso em: 02 set. 2020.

Bresser PEREIRA. **O CONCEITO HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>>, Acesso em 29 dez.2018.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. O Desenvolvimento da Região Nordeste nos Anos Pós-Sudene (2000-2016). **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 39, n. 134, p.21-36, jun. 2018.

CLEMENTE, A. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

COSTA, Milene Ribas da. **O ESTADO E A SUDENE: TRAJETÓRIA DO PLANEJAMENTO REGIONAL NO BRASIL**. 2016. 216 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campínas, 2016.

DANA, Samy. **'Pai do IDH', Amartya Sen defendeu desenvolvimento além do PIB**. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/blog/samy-dana/post/pai->

do-idh-amartya-sen-defendeu-desenvolvimento-alem-do-pib.html. Acesso em: 02 set. 2020.

DATASUS. **Cadernos de Informações de Saúde Alagoas**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/al.htm>. Acesso em: 02 set. 2020.

DINIZ, Clélio Campolina. **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Belo Horizonte: Nova Economia, 2009. 249 p.

Documentário: Pensando com Celso Furtado. 31”52”. Série Realidade Brasileira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cFgRoogeYnk&t> Acesso em fevereiro de 2019.

ECONOMICS. Trading. **Trading Economics: PIB - Lista de Países**. 2017. Disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com/country-list/gdp>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

ECONOMIA, Ministério da. **Institucional - INSS**. 2017. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/>. Acesso em: 02 set. 2020.

EDUCAÇÃO, Ministério da. **Ideb - Apresentação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>. Acesso em: 02 set. 2020.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **Mundo Educação: Alagoas**. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/alagoas.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

FURTADO, C. Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico. *Revista Brasileira de Economia*, v. 6, n. 3, p. 7-45, set. 1952.

\_\_\_\_\_. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

\_\_\_\_\_. *Essencial*. 1 ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia de Letras, 2013.

GIACOMELLI, Giana Silva; ZULIAN, Aline; FEISTEL, Paulo Ricardo. Abordagem das capacitações: uma discussão sobre desenvolvimento e estado. **Textos Econômicos**, Santa Catarina, v. 2, n. 20, p.54-70, dez. 2017.

GLOBO, O. **O GLOBO: Pesquisa sobre qualidade e acesso à saúde**. 2017.

Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/brasil-fica-em-89-lugar-em-pesquisa-sobre-qualidade-acesso-saude-21361962>>. Acesso em: 05 out. 2018.

GONÇALVES, Hugo Feitosa; MONTENEGRO, Rosilene Dias; AGRA, Nadine Gualberto. **DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE NOS GOVERNOS FHC E LULA. Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios**, Santa Cruz do Sul -24 set. 2017.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANNUZZI, Paulo de Martino. IDH, INDICADORES SINTÉTICOS E SUAS APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 7, n. 1, p.73-90, maio 2005.

HADDAD, Rosaura Conceição. MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Pública** – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC; [Brasília]: Capes: UAB, 2010.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2013. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pao-de-acucar/panorama>>. Acesso em: 18 set. 2018.

IPEA (Instituto de pesquisa Econômica e Aplicada) Maria da conceição Tavares. **DESENVOLVIMENTO E IGUALDADE**. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3272/1/livro\\_MariadaConcei%C3%A7%C3%A3oTavares-desenvolveigualdade.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3272/1/livro_MariadaConcei%C3%A7%C3%A3oTavares-desenvolveigualdade.pdf)>, Acesso 02 jan. 2019.

MACHADO JR., J. T. e REIS, H. C. A lei 4.320 comentada e a lei de responsabilidade fiscal. 34º. Ed. rev. E atual. Rio de Janeiro: Editora Lumen juris / IBAM,2012.

OLIVEIRA, Maria Lucia Lippi. **O Brasil de JK, A criação da SUDENE**. CPDOC FGV. [s.l.] Disponível em:<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Nordeste>>. Acesso em 28 dez.2018.

**O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL**. Brasil: Pnud Brasil, dez. 2013. Disponível em: [http://atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao\\_atlas\\_municipal\\_pt.pdf](http://atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao_atlas_municipal_pt.pdf). Acesso em: 03 nov. 2018.

PIRES, Luiza Nassif. **Mudança Estrutural na Economia Brasileira de 1996 a**

**2009: uma análise a partir das matrizes insumo-produto.** 2013. 61 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Programa de Pós-graduação em Economia, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/Dissertacao\\_luiza\\_nassif\\_Versao\\_final.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/Dissertacao_luiza_nassif_Versao_final.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2018.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento:** conceituação de IDH-M. 2018. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico. **Desenvolvimento em Questão**, Rio Grande do Sul, v. 1, p.45-71, 01 jan. 2013.

**Terras em Estabelecimentos Menores que 20 ha.** Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/mapas-de-agropecuaria-2014/resource/cfcbc1a3-a25d-4b4a-a0fa-9d23a325ddd7>. Acesso em: 02 set. 2020.

OTTONELLI, Janaina; SILVA, Jorge Luiz Mariano da; MARIN, Solange Regina. DESENVOLVIMENTO HUMANO NO NORDESTE: UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DE INDICADORES SOCIAIS NO IDH-M (1991 e 2000). **Economia e Desenvolvimento**, Recife, v. 12, n. 1, p.7-35, out. 2013.

PEREIRA, Leandro dos Santos; TAQUES, Fernando Henrique. **O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL SOB A ÓTICA DAS MICROFINANÇAS.** Disponível em: <<http://www.uesc.br/eventos/ivsemeconomista/anais/gt7-6.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

**PERFIL MUNICIPAL.** Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, v. 2, n. 2, 2014. Anual. Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/43ba0374-afb2-46f8-92f3-ed5f6fa45587/resource/35a0789d-9222-4be1-bb29-6a3e74dac514/download/municipalpaodeacucar2014.pdf>. Acesso em: 02 set. 2019.